

ENTREVISTA

Entrevista com Anthony Seeger ¹

Rafael José de Menezes Bastos
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC

Em março de 2003, em sua sala no Departamento de Etnomusicologia da Universidade da Califórnia em Los Angeles, Seeger gentilmente concedeu esta entrevista, em português e originalmente em vídeo, a Menezes Bastos. Esta edição, incluindo as notas caso não dito em contrário, é deste, tendo sido revista por Seeger.

MB - Gostaria que você falasse de sua infância e juventude. De sua formação familiar, convivência com seus pais, tios, avós, amigos, etc.

AS - Vejo a origem do meu interesse pela etnomusicologia na juventude. Nasci em 1945 em Nova York, em Greenwich Village, no meio da boêmia. Meu pai, que nasceu em 1914 e ainda é vivo, saiu da faculdade na "Great Depression" dos anos 30 e resolveu ser professor primário. Casou com minha mãe. Os dois ensinavam em escolas particulares em Nova Iorque. Na segunda guerra, ele foi pacifista. Recusou-se a lutar, tendo trabalhado num hospital como voluntário. Minha mãe nasceu em 1919 e faleceu em 2003. Os dois trabalhavam em "summer camps" - colônias de férias para crianças - e em 1949 compraram uma destas, chamada "Killooleet", em Vermont. Este lugar montanhoso e cheio de pinheirais é parte importante da minha vida -tenho ainda uma casinha de veraneio lá.

Cresci em Greenwich Village. Meu tio Pete morava perto. Leadbelly e Woody Guthrie também¹. Meu pai sempre diz que o meu interesse pela música - vamos dizer - "folclórica" teve início com as saídas deles à noite. Me carregavam numa cesta e iam de casa em casa cantando canções natalinas, visitando amigos. Uma vez, me levaram na casa de Leadbelly. Meu pai conta que ele cantou para mim uma canção que eu adorei. Não lembro de nada.

MB - Qual a sua idade então?

AS - Um ano e meio. Eu era muito pequeno. Mas meu pai diz que eu adorei desde que ele começou a cantar. Passei os seis primeiros anos de minha vida em Greenwich Village. Na época, meus pais

estavam dando aula numa escola particular em Nova Iorque. Um tipo de escola que hoje se chama de "Red Diaper Baby School". "Red Diaper" se traduz como "fralda vermelha", o que quer dizer que os pais das crianças que ali estudam são de esquerda. Eu convivia com muitos jovens e crianças cujos pais eram de esquerda. Era uma escola avançada. Meus pais estavam dando aula lá quando mudamos para um apartamento em cima do apartamento do Alger Hiss. Hiss, para as pessoas que não conhecem a época, era o famoso acusado de espionagem para a União Soviética². Ele era uma figura das altas rodas. Sua acusação, pois, provocou um verdadeiro escândalo. E nós estávamos morando exatamente em cima. Mas criança pouco tem a ver com esse tipo de coisa e o que eu lembro da época é dos meus pais falando que eu não poderia andar de patins dentro do apartamento por que o homem de baixo tinha problemas sérios.

Era uma época de muita repressão. Meu tio, o irmão mais velho do meu pai, o Charles Seeger Junior, teve que sair do país para arranjar emprego. Trabalhou em Leiden, na Holanda, como rádio-astrônomo durante vinte e cinco anos, antes de poder voltar para os Estados Unidos. E Tio Pete foi acusado de ser comunista, de freqüentar pessoas e grupos subversivos. O grupo dele, "The Weavers" - que tinha presença no "hit parade" -, foi completamente destruído pela "lista negra" e ele teve que se defender durante anos e anos dessas acusações. Meu pai também era suspeito de atividades subversivas. Meu avô, Charles Seeger, também. Ele perdeu o direito a passaporte e teve que se aposentar. Foi uma aposentadoria forçada. Ele trabalhava como chefe do setor de música da antiga "Pan-American Union", agora chamada "Organização dos Estados Americanos". Quase toda a minha família estava apertada com coisas desse tipo. A época era muito difícil, 1951-52.

MB - Era a época do senador McCarthy e do célebre "macarthismo"³?

AS - Sim. Era um momento de pavor generalizado para um setor da sociedade americana. Como o que vivemos hoje. Momento de pavor pois a União Soviética havia explodido uma bomba atômica. De repente, não éramos mais os únicos a ter esse poder. Havia uma repressão generalizada nas artes, e na cultura. E o pior é que hoje a gente vê o mesmo acontecendo, tendo como motivo o esvaziamento dos direitos humanos pelo governo. Estamos de novo perdendo

os direitos que lutamos para conseguir na década de 50. Fui então à escola, indo para o "summer camp" todo verão. Lá aprendi a andar de cavalo e alpinismo. Comeci a tocar banjo aos dez anos, assim como violino. Mais ou menos aos doze, quando estava fazendo um curso de história da Índia, escrevi um trabalho sobre a música desse país. Comprei, então, um disco de uma companhia chamada "Folkways", um disco de música clássica e folclórica da Índia. Lembro-me que para fazer o trabalho toquei-o muitas e muitas vezes, especialmente um raga para *shenai* (um tipo de oboé) e tabla. Foi fantástico, eu podia apreciar os ciclos longos do ritmo da tabla e os microtons do oboé, que nunca antes tinha ouvido. O trabalho foi um grande sucesso para uma criança de 12 anos.

MB – Você comprou então, aos 12 anos, um disco da "Folkways", onde depois você foi trabalhar?⁴

AS – Exatamente. Até certo ponto, foi por causa da minha experiência como criança que fui trabalhar lá. Por causa do impacto que esse disco teve em mim e que eu achava que os discos poderiam ter nas pessoas. Por isso que vale a pena trabalhar com discos e todo esse tipo de coisa. Por que de fato eles fazem as pessoas mudar de vida.

MB – Você chegou a conviver com Asch?

AS – Não.

MB – Mas seu avô tinha relações com ele, não?

AS – Sim. Meu avô, Tio Pete também. Praticamente, todos da minha família o conheciam. Dois anos depois, escrevi sobre a música da África, para outro curso, baseando-me num outro disco da "Folkways", "Music South of the Sahara", que continha um ensaio de Alan Merriam apresentando o material. Merriam -descobri muitos anos depois- era um dos fundadores da "Society for Ethnomusicology". Fui fazer pós-doutorado com ele no último ano da sua vida (1981).

MB – Então, na escola elementar você já escrevia sobre a música da África?

AS – Sim, na escola elementar. Depois, no segundo grau, escrevi um trabalho sobre a música do Japão. Parei em seguida. Desde criança, portanto, eu estava interessado em sons diferentes, músicas diferentes. E no estudo disso.

MB – Você já tocava banjo nessa época, pois não?

AS – Sim. Tocava violino, violão, banjo e flauta doce. Estes eram os meus instrumentos. Eu tinha uma lista de 150 cantos que eu conhecia e tocava. Tinha, também, um “fan club” de meninas que pediam meu autógrafo e gritavam quando eu passava. Escrevi um canto sobre a escola que ficou muito famoso por lá. Foi um ponto alto da minha carreira musical. Depois, fui para uma escola secundária, tipo colégio interno. Era nas montanhas de Vermont. Eu tinha um cavalo e andava com ele pelas montanhas, cantando. No inverno, esquiava. Passei quatro anos lá. Era uma escola onde era proibido levar rádio e toca-discos: toda a música que lá se ouvia era feita lá mesmo. Isto teve duas conseqüências. Uma é que eu passei a tocar muito, música de todos os tipos. A outra é que eu perdi contato com a música popular americana. Pois ali eu não tinha como ouvi-la durante a maior parte do ano.

MB - Foram quatro anos de sua vida?

AS – Sim. Da nossa nona série até a décima segunda do segundo grau. Depois, entrei na Universidade Harvard, com o interesse de fazer música. Mas para entrar na música de Harvard, é preciso tocar piano. E eu tocava banjo e violão. Na escola secundária, eu já tinha feito cursos de teoria musical, composição, com o violão. Mas Harvard não me deixava entrar. Então eu disse para mim mesmo: “não entro neste curso. Se vocês não me deixam fazê-lo com violão, não faço”! Entrei para a área de antropologia e folclore, concentradas num campo chamado “Social Relations”, criado por Parsons e outros em Harvard.

Tive excelentes professores - fiz cursos com Parsons, Robert Bellah, Evon Vogt e outros. Maranda foi um dos meus “tutors”, assim como Victor Lidz. Tive a sorte de fazer um curso com Maybury-Lewis. Na área de folclore, estudei com Albert Lord (especialista em epopéias da então Iugoslávia) e Einar Haugen, lingüista. Fiz minha tese de bacharelado com o antropólogo Vogt. Patrick Menget foi um dos membros da minha banca. Foi lá que cruzei com ele pela primeira vez. Nossa amizade continua até hoje. Em Harvard, fiz um trabalho sobre a relação entre mito e organização social, envolvendo os aborígenes da Austrália e os Jê. Eu tinha estudado com várias pessoas que estavam trabalhando com sociedades Jê, com sua mitologia.

Mas não era tudo trabalho. Andava muito a cavalo e esquiava. Também, cantava com uma jovem linda, chamada Judith, com quem casei em vez de ir às cerimônias de formatura.

MB - Terence Turner estava em Harvard?

AS - Não. Tinha saído. Mas quando eu estava procurando onde fazer minha pós, Vogt sugeriu que eu me encontrasse com ele. Foi o que fiz. Ele passou em Harvard e sugeriu que eu fosse estudar com ele. Ele estava, na época, dando aula em Cornell, junto com o Prof. Victor Turner. Achei que Cornell seria interessante. Tinha muitas possibilidades. Na época, eu estava terminando a faculdade e preparando-me para casar. Então nós - Judith e eu - procurávamos bolsas em várias universidades. Pois os Estados Unidos têm um mercado capitalista de bolsas: você faz vários pedidos, pleiteia vaga em várias universidades e cada uma oferece mais ou menos dinheiro para cada pessoa que quer entrar. Ganhamos bolsas de quatro anos em Cornell, eu em Antropologia, ela no Departamento de Espanhol e Portugues. Felizmente, Cornell, com Terence e Victor Turner, foi um excelente lugar.

MB - Quando foi isso?

AS - De 1967 para 1968. Em 1968, a antropologia da Universidade de Chicago "roubou" os dois Turner. Cornell entrou em crise e nós nos perguntamos: "o que vamos fazer?" Terry e Victor arranjaram bolsas para tres dos seus alunos novos, incluindo eu, em Chicago. Fomos para lá, que tinha uma excelente antropologia. Minha banca de mestrado era composta pelo Geertz, Victor Turner e Terence Turner. Um grupo evidentemente dos melhores.

MB - Foi sobre o que a sua tese de mestrado?

AS - Sobre a "Odisséia". Eu tinha resolvido que, sendo que iria fazer doutorado sobre uma sociedade indígena, antes eu deveria pensar sobre outras coisas. Queria trabalhar os conceitos de "oral tradition" e "folklore" que tinha estudado em Harvard. E estudei Homero. Para me divertir. Depois, é claro, fiz todos os trabalhos para poder ir para campo. Foi então que uma questão surgiu, em 1969: para onde ir?

MB - Você tinha contato com alguém do Brasil?

AS - Sim. Em Cornell e Chicago, o Victor Turner dirigia, durante

todos os anos de sua permanência lá, um seminário semanal na sua casa. Era uma tradição herdada do seu professor, o Gluckman, que a herdara do Malinowski. Uma tradição que ele considerava importante como integrante da escola Inglesa de Antropologia. Fazia questão de convidar pessoas de muitos departamentos, apresentava seus próprios trabalhos e pedia a elas para fazer o mesmo. O Turner não apenas estudava *communitas*, ele a vivia.

Eu ia para a casa dele toda quinta, junto com outros alunos, durante quatro anos. Sentávamos no chão e ouvíamos palestras. Depois, tomávamos cerveja, numa confraternização de professores e alunos. Após, sentávamos para debater. Uma vez, o DaMatta se apresentou lá. Ele era aluno de pós em Harvard e estava cheio de energia e idéias—algo que descobri ser seu estado normal. Fui apresentado a ele e disse que queria ir para o Brasil. Ele foi muito gentil e acabou sendo meu co-orientador no Brasil, pelo CNPq.

Para o doutorado, o que me interessava era estudar a relação entre as maneiras que um povo tem de pensar o universo, e sua organização social. Além disto, queria investigar a forma como ele usa a música e as relações entre aquelas concepções, a organização social e a música. É uma questão que vem de Weber, de Marx e da sociologia clássica. Em Harvard, eu fizera cursos com Parsons e outros que tinham essa visão integrada das ciências sociais. A antropologia para eles não constituía uma área à parte, estando totalmente ligada às grandes questões sociológicas. Essa era a minha questão para o doutorado. Aonde eu poderia estudá-la? Achava que Marx e toda a produção a partir dele já a haviam encaminhado bem, para o caso das sociedades capitalistas. Queria, pois, ir para uma sociedade não-capitalista. Para estudar essa questão - a relação entre cosmovisão, organização social e música, era necessário um determinado tipo de sociedade, que não tivesse sofrido influência missionária. Pois os missionários destroem a cosmologia indígena. E também que não tivesse uma grande penetração do capitalismo. Por que, caso positivo, sua organização social também estaria transfigurada. Necessitava de um grupo isolado e de uma sociedade que fazia música. Para um antropólogo americano na época, a opção era o mundo como um todo. Poderia ser Papua, Nova Guiné - onde depois o Feld trabalhou -, o Brasil. O Brasil era uma excelente opção. O Terry, o DaMatta pesquisavam lá. Além disto, o trabalho do Lévi-Strauss interessava-me muito. Resolvi ir para o Brasil por motivos também familiares: minha mulher estava

fazendo doutorado sobre línguas latinas, português e espanhol⁵. Era, pois, mais cômodo para os dois irmos para o Brasil.

Fomos para o Brasil, inocentemente, em 1970. Eu não tinha feito nenhum curso em estudos latino-americanos. O Terry, meu orientador, achava "area studies" muito chato, vendo como mais importante a especialidade, a antropologia mesma. Quando cheguei lá, sabia bastante sobre sistemas de parentesco Jê e organização social em termos comparativos na América do Sul. Nada sabia sobre a ditadura no Brasil - estava mais preocupado com os eventos políticos nos Estados Unidos nos anos 1967-70.

No Museu, DaMatta, como sempre, foi muito gentil. E os demais colegas. Apresentei, então, meu projeto à Funai, solicitando permissão para ir para campo. A resposta que veio foi que não poderia entrar na área indígena por que "estava chovendo"! O que ninguém sabia era que estava sendo construída uma estrada que passava pelo norte do Parque, a BR-080, que iria acabar com o isolamento dos índios. A Funai, então, não queria antropólogos na área, especialmente estrangeiros. Não me disseram um "não". No Brasil, raramente se diz "não". Sempre, buscando-se avaliar as forças do interlocutor, diz-se: "Vamos ver".

Levei oito meses para ir para campo. Nossas bolsas acabaram-se e nós estávamos na rua! Felizmente, um casal de americanos nos hospedou durante umas semanas. Fomos, depois, para São Paulo, com uma carta de apresentação de um amigo dos pais da Judy para um pessoa lá. Fomos almoçar, num domingo, na casa dessa pessoa. Acabamos morando na sua casa e na da sua filha por quatro meses! Sem isto, a pesquisa teria sido impossível. Tenho uma grande dívida com a humanidade por causa do que essa família fez por mim. Ele chamava-se Henrique Fix, sua esposa Fanny Fix. Era proprietário de uma empresa de material sanitário de construção, a "Decca". Sua filha, Dora Ventura, era um pouco mais velha que nós. Era professora de psicologia na USP, onde também fazia a pós-graduação. Ficamos na casa dela e do seu marido, Alessandro. Nós tocávamos e cantávamos muito na casa dela. Ao mesmo tempo, aprendíamos português. Nós estávamos totalmente duros.

Numa noite, fomos tocar numa festa de antropólogos, estando presentes a Eunice Durham e a Ruth Cardoso. Era na USP, com os professores da USP. Contamos nossas dificuldades com a Funai e cantamos bastante. Em dado momento, chegou o Fernando Henrique e a Ruth perguntou: "será possível ajudar este pobre an-

tropólogo, que está a tanto tempo aqui, esperando para ir para campo e só recebe a resposta de que 'está chovendo', o que sempre adia a decisão"? O Fernando Henrique tinha um amigo no Rio, no Museu do Folclore, que fomos visitar. Seu amigo escreveu para um conhecido no Ministério da Agricultura. A Funai, na época, era parte desse Ministério. Em duas semanas, a autorização saiu.

MB – Então você deve ao Fernando Henrique ter ido para campo?

AS – Sim, e também a Ruth e às pessoas da USP. Nossa música certamente nos ajudou. De qualquer forma, a instituição do pisto-lão funcionou. O "espere" virou "sim".

MB – Você chegou ao Brasil em 1970?

AS – Foi. E passei a grande parte dos 12 anos seguintes no país.

MB – Você viveu no Brasil um período importante de sua vida, durante muitos anos. Um período especial da história do país, duro. Gostaria que você falasse, em primeiro lugar, dando sua visão geral do país. Você disse a pouco que não tinha informações, antes de chegar, sobre a situação política. Em segundo, uma apreciação da vida acadêmica. Logo, você se tornou professor no Museu. Em terceiro, uma análise da cena indigenista, você que teve uma intensa vida indigenista lá, como presidente da Comissão Pró-Índio do Rio. Por fim, como é que foi a vida de sua família por lá? Por que, afinal de contas, você viria a ter duas filhas que viveriam grande parte de sua socialização no Brasil.

AS – O que aconteceu quando cheguei no campo está nos meus livros, não preciso repetir. O que não está nos livros é que na saída do campo, em 1973, quando estava para voltar para os Estados Unidos, o DaMatta gentilmente me convidou para dar, junto com ele, um curso sobre organização social e parentesco no Museu. Fui, demos o curso, foi muito agradável. Eu estava voltando do campo, com malária, sofrendo. Judith tinha voltado para fazer as perguntas que só pensei depois de sair do campo. (Por que sempre se tem perguntas depois de sair do campo). Eu aprendi muito com os colegas do Museu naquele semestre e tocamos várias vezes banjo. Fizemos boas festas, entre as melhores de toda a minha vida. O "esprit du corps" no Museu era ótimo e todas as pessoas - alunos e professores - muito inteligentes. Voltei com Judith para os Estados Unidos e dentro de um ano tinha acabado minha tese.

MB – Em 1974?

AS – Sim. Fomos, então, dar aula numa faculdade particular aqui na Califórnia. Mas, em meio ao ano, eu estava me sentindo muito longe do Brasil, muito distante dos Suyá, dos desafios político-indigenistas pelos quais eles estavam passando. O DaMatta de repente me telefonou: “você quer vir para o Brasil para trabalhar? Tenho uma vaga para você. Ganhei cinco vagas da Reitoria. Quatro são para o pessoal que já está trabalhando aqui: Lígia, Moacir, Otávio e Gilberto. Sobra uma e nós achamos interessante ter um etnólogo”.

MB – DaMatta era o coordenador do programa?

AS – Era. Como eu tinha dado um curso com ele, tocado banjo com todo mundo, eles achavam que eu seria um bom colega. O que não está nos livros é que eu perguntei para os meus orientadores de tese se eu deveria ir ou não. Telefonei para o Terence: “Terry, recebi um convite do Roberto para ir para o Brasil. O que você acha”? O Terry: “é interessante, mas você já tem um bom emprego aí na Califórnia. Tem certeza que quer ir? Será que vale a pena, levando em conta seus objetivos e os riscos? Você sabe que de vez em quando as coisas não acontecem como se espera”. O Terry praticamente me recomendou não ir. Disquei para o Victor: “Victor, recebi um convite para ir para o Brasil. O que você acha”? Ele disse: “olhe, eu lhe aconselho a ficar. Tenho vários amigos que eram excelentes antropólogos e que foram para a África, achando importante trabalhar na região onde fizeram pesquisa. Só que eles sumiram lá, não apareceram mais na vida intelectual, pararam de participar dos debates atuais do campo. Ele também aconselhava-me a não ir. Então, telefonei para o David Scheneider, também professor em Chicago: “David, o que você acha”? Ele disse: “você tem um excelente emprego aí, acho melhor ficar”. Então eu pensei.

Pensei sobre a cerveja do Brasil, a comunidade do Museu, os Suyá, conversei muito com minha mulher e resolvemos ir. Mas sabendo que eu teria que avaliar cuidadosamente o emprego para ver se ele era realmente o que eu imaginava. Também, tinha que me precaver do isolamento. Achava que era importante para um estrangeiro ter uma estratégia ao chegar ao Brasil. Para continuar participando dos debates internacionais da antropologia. Eu sempre guardei dinheiro para fazer viagens, sempre fiz questão de vir às reuniões de antropologia e etnomusicologia aqui, para evitar o

problema que o Victor mencionara. Achava que o David -embora preocupado com meus interesses- não conhecia a qualidade do grupo do Museu. Fomos para o Brasil. Judith de navio, com os livros. Eu, de avião.

MB - Onde vocês foram morar?

AS - Quase sempre moramos no Leblon. Durante um ano, acho, no Flamengo. Mas o Leblon era mais fácil por que através do túnel Rebouças era razoavelmente rápido chegar ao Museu. Havia um ônibus que ia pelo túnel. Então, era possível chegar lá com facilidade. Morei no Leblon também por que era um pouco mais fresco, com a brisa do mar.

Fui trabalhar no Museu e adorei. Adorei os colegas, achava que o departamento era melhor que qualquer um dos Estados Unidos, pelo treinamento das pessoas e pela qualidade dos alunos que era fantástica. Muitos alunos tinham uma formação extremamente rigorosa em pensar, menos prática em escrever, mas eram ótimos alunos. Gostei também do ritmo de trabalho, que era: você dava só um curso, para a pós-graduação, por semestre. Isto deixava bastante tempo para escrever, pensar e tudo o mais. E também ali era possível me entrosar e participar da vida indigenista do país, o que eu já tinha feito antes - quando, no Museu, como aluno estagiário da pós-graduação - e poderia fazer mais ainda como professor.

Era muito comum para os antropólogos que trabalhavam nas universidades brasileiras atuarem também no apoio aos interesses dos grupos que estudavam. Era um ponto de partida da antropologia lá. Não, nos Estados Unidos. Eu também achava que ativismo era uma atividade lógica, por que minha formação política era de esquerda e muito ligada ao ativismo. Então, entresei-me nisto e, entre outras coisas, fui eleito presidente da Comissão Pró-Índio do Rio. Protestando, falei numa reunião: "não sei por que vocês estão me elegendo. Sou estrangeiro. Farei o que vocês querem, o que vocês pensam; afinal de contas acredito em eleição e democracia. Mas eu acho um erro". Mas me elegeram presidente.

Eu acho que fui eleito em parte por que era de fora, não integrava nenhuma das facções do grupo, era visto como um professor com certa isenção em relação ao faccionalismo local e também por ter uma certa proteção da embaixada americana. Eu era estrangeiro, afinal de contas poderia sair do país, enquanto que as outras pessoas estavam arriscando muito mais.

MB – Isso foi em setenta e quantos?

AS – 1978. Era assustador... A primeira reunião que eu organizei foi um ato público. Foi desmanchada por causa de uma ameaça de bomba. Então, a polícia esvaziou todo o prédio. Foi a primeira lição. Também, fiquei preocupado com as bombas que estavam sendo mandadas pelo correio para as pessoas que dirigiam entidades como a Comissão Pró-Índio.

MB – Para a OAB e outras entidades?

AS – Isto, para a OAB. Fiquei preocupado. Desde então, não gosto de abrir correspondência. Isto começou aí. Simplesmente não gosto.

MB – Você tem problema com isso?

AS – Não muito. Mas sei que toda vez que abro correspondência, um pequeno embrulho, pode ser a última. Simplesmente, quando você convive com o terrorismo, você está sempre desconfiado... É um pequeno ato de heroísmo simplesmente viver, entrar num avião, como hoje, ou abrir cartas. Pode ser seu último ato. Aprendi bem cedo.

Mais importante de tudo, estava formando alunos e fazendo pesquisa...

MB – Quais eram os seus alunos, Tony? Eduardo Viveiros de Castro, Elizabeth Travassos, ... E a Bruna Franchetto, também?

AS – Na área indígena, eram estes mais outros como Etienne Samain e Vanessa Lea. A Bruna também, mas ela estava estudando mais lingüística. Eu era também membro das bancas de muitos outros estudantes. Estava aprendendo antropologia urbana, comunicação e muito mais. Foi um momento agradável no Museu, havia verba da FINEP, da Ford. Era possível atrair pessoas e coloca-las em campo quase pela primeira vez. Por que se os brasileiros na época não faziam pesquisa de campo de longa duração, era por que não havia recursos. De repente, havia. Era possível colocar os estudantes em campo durante meses.

MB – Você é um dos autores de um clássico, "A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras" (Seeger e outros 1979)⁶. Certa vez, numa aula de etnologia, eu disse que esse texto seria um projeto de pesquisa cujo relatório estaria em "Amazônia: Etnologia e História Indígena", coletânea organizada pelo Eduardo e pela

Manuela (1993). Como vocês escreveram aquele artigo e como você o vê agora?

AS – Bom, foi um projeto por que nós reunimos um grupo de pessoas para discutir o tema e o escrevemos como texto para discussão. Convidamos a Manuela e outras pessoas. Nós chegamos a ele de várias maneiras, através do conceito de *pessoa*. Eu havia apresentado uma comunicação com idéias semelhantes numa reunião da Associação Americana de Antropologia. Resolvemos, então, fazer este trabalho a seis mãos. É difícil fazer qualquer coisa a seis mãos. Custou para sair, estava chegando perto, cada vez mais, a data da reunião e ele ainda não estava pronto... Escrevi uma parte, depois Roberto, outra, e Eduardo outra. Achávamos que, assim como havia na época uma tentativa de criar uma outra ótica sobre as sociedades da Austrália e Nova Guiné - argumentando que o “modelo de linhagem” não funcionava lá e coisas deste tipo -, nós poderíamos fazer algo similar. Também na América do Sul, se você estudar as respectivas sociedades, outras problemáticas aparecem. Não, a da linhagem e outras que surgiram em outros lugares. Existem algumas características das sociedades dessa região. Elas sugerem certas maneiras de aproximar, de pensar sobre a sociedade em geral. Isto era basicamente o por quê do trabalho. Foi muito agradável escrevê-lo. Aliás, depois eu escrevi também outras coisas com o Eduardo (Seeger e Viveiros de Castro 1980).

MB – Você ficou no Brasil até quando?

AS – 1982.

MB - Depois você foi para a Universidade de Indiana, não? Para o departamento de antropologia ou etnomusicologia?

AS – Antropologia. Lá não havia departamento de etnomusicologia, que era um programa interdepartamental.

MB – Gostaria que você narrasse a sua volta, o que lhe moveu nesta direção e depois seu itinerário: Indiana, Smithsonian e finalmente aqui, na UCLA.

AS – Bom, eu estava acabando meu livro sobre a organização social e cosmologia Suyá, baseado na minha tese (Seeger 1981). Estava querendo começar um outro, sobre a música relacionada com a sociedade e com a cosmologia (Seeger 1987). No Brasil havia muito poucos etnomusicólogos na época, pouca gente trabalhando com a

música sistematicamente. Você e talvez mais uns dois ou tres. Mas nós não estávamos no mesmo lugar, eram difíceis as comunicações então, antes dos "e-mails". Assim, um dos motivos de eu ter saído do Brasil foi a busca de um lugar onde houvesse mais pessoas estudando a música. Na Universidade de Indiana, em Bloomington, havia quatro ou cinco musicólogos. Mais em uma instituição do que em todo o Brasil! Havia lá também alunos de pós-graduação. Então, o motivo de eu ter saído do Brasil foi mais intelectual. Estava querendo trabalhar sobre algo que achava difícil desenvolver lá, por falta de recursos humanos e bibliográficos. Mas nossa volta foi também uma questão familiar. Por que minhas filhas nasceram em 1977 e 1979. Estavam crescendo sem ver os avós, sem falar inglês. Falavam um pouco de inglês, mas mais português.

MB – Vocês falavam português em casa?

AS – Menos, em casa. As meninas falavam português, por que a mais velha nasceu quando minha mulher estava fazendo pesquisa em Conceição da Barra. Então, a primeira língua dela foi o português (mas sua primeira palavra foi em Suyá), depois é que veio o inglês. A mais nova falava português na cozinha e, chegando na sala, mudava para o inglês, perfeitamente. Impressionante como ela podia mudar assim de situação. Tínhamos uma empregada e sua filha pequena que falavam português. E nós, os pais, falávamos inglês. Achávamos, pois, importante voltar pelo menos por alguns anos para os Estados Unidos. Outra causa foi a inflação. Começávamos a ficar preocupados com a possibilidade de manter a família no Brasil, sem parentela no país. Não tínhamos pais ou quaisquer outras pessoas de nossas famílias lá para o caso de insegurança financeira. Éramos estrangeiros e um pouco sós. Então, achávamos que era época de voltar para os Estados Unidos.

Tirei, então, uma licença do Museu e fui para Indiana. Cheguei lá... Eu me lembro claramente. Bloomington é um lugar bonito do estado de Indiana. Mas o meio oeste dos Estados Unidos é uma região praticamente agrícola, muito conservadora. A cidade era razoável, mas ao mesmo tempo um lugar bastante estranho. Cheguei lá e olhei as pessoas andando na rua. Eram todas altas e loiras, bem alimentadas e andavam sem graça... Tinham um jeito diferente do brasileiro. Então, eu pensei: "puxa o que foi que eu fiz? Saí do Brasil para isto"? Foi um susto imenso. Mas o grande prazer foi dar aulas em inglês. Por que eu estava fazendo isto há sete anos em

português. Assim, redescobrir a língua inglesa foi muito agradável: ir ao dicionário para ver se uma determinada palavra estava certa, como ela surgira... Eu estava realmente me divertindo, voltando a usar o inglês no ensino. Até aquela época, eu só usava o inglês para falar sobre coisas domésticas.

MB – Quem eram os etnomusicólogos que estavam naquele momento em Indiana?

AS – Eu estava no lugar do Merriam, que havia falecido. Eu havia ido para pós-doutorado em Indiana por seis meses em 1980, quando ele faleceu. A antropologia, então, convidou-me para ocupar o lugar dele. No folclore, tinha a Ruth Stone e o Ronald Smith. Em “African-American Studies”, eram Portia Maulsby e Melonee Burnim. Na musicologia, havia Lewis Rowell, que estudava música da Índia, Basicamente, este era o grupo.

MB – E na área de antropologia, era forte Indiana naquele momento?

AS – Razoavelmente. Tinha o Michael Herzfeld, especialista em Europa e Grécia. Ele também trabalhava a questão da etnicidade e similares. O chefe do departamento era Emilio Moran, especialista nos ecossistemas da Amazonia. Havia um bom grupo na análise do simbolismo - Anya Royce sobre a dança, Richard Baumann e outros. Era uma antropologia com uma orientação diferente da do Museu. Uma política diferente. Uma antropologia algo reduzida em comparação àquela que se fazia no Brasil, que integrava as outras ciências, seu campo de pensar sendo mais amplo e sua atuação política mais ampla.

Eu me diverti bastante por que fui convidado também para dirigir os “Archives of Traditional Music” (ATM), célebre fonoteca fundada por George Herzog e dirigida durante muitos anos por George List e Frank Gillis. A administração da universidade havia resolvido juntar em uma só as posições de professor e diretor dos ATM. Achei interessante por que eu não tinha ação política nos Estados Unidos. Pensava: “Bom! Aprendi tanta coisa no Brasil. Aqui, vou ver se consigo mobilizar a universidade”. Inocentemente pensava assim. Por que é impossível mobilizar a universidade nos Estados Unidos.

MB – Porque, Tony?

AS – Por que a universidade, nos Estados Unidos, é muito marginalizada do e pelo público. Não sei se isto tem início na década de 50, com o McCarthy, que as teria forçado a retirarem-se da vida pública. Pode ser um defeito bem mais antigo. Mas na minha volta, as sentí muito isoladas. Mais ainda Indiana, situada num estado conservador e sendo um pouco mais liberal. Parecia-me quase um quisto liberal ali. Por vários motivos, pois, não era possível ou pensável agir da mesma maneira ali como se agia no Museu. Mas eu encontrei nos “Arquivos” a possibilidade de ação política e cultural, o que eu julgava bastante importante e relevante para os campos da etnomusicologia, antropologia e folclore.

Marx, no “O 18 Brumário”, diz que nos momentos em que as sociedades vão se transformar radicalmente, elas procuram o passado, os gritos e a maneira de vestir do passado. Ele critica essa procura, apontando-a como um dos motivos do fracasso da revolução de 1848. Acho sua observação correta. Realmente em momentos de transformação as pessoas procuram o passado para criar o futuro, que elas acham que tem coerência com o passado que estão tentando entender. Neste processo, os arquivos e fonotecas têm um papel importante, por que eles contêm o passado e não somente aquele criado pelos escritores de classe alta. Eles estão cheios de entrevistas com pessoas, de mitos narrados, de música do povo, isto é, não somente das camadas dirigentes, que dominam a escrita. Então eu achava que os arquivos tinham a chave para a busca de muitos grupos, em muitos processos sociais, culturais e políticos. Continuei achando que eles têm um papel importante, não somente para os acadêmicos, mas para o público em geral. Em certos momentos - não é sempre -, o passado é transformado em base para o pensamento sobre si e sobre a criação do futuro. Por isso que eu achava que era uma ação política dirigir um arquivo.

De 1982 a 1988, reformei o “ATM” para que ele pudesse servir melhor o público. Transformei-me num adepto disto, virei arquivista. Escreví sobre as técnicas e políticas dos arquivos em revistas especializadas em fonotecas. De repente, eu era um especialista mundialmente reconhecido na comunidade de arquivistas, embora eu só tenha dirigido durante poucos anos os “Archives”. Não havia muita gente escrevendo sobre arquivos. Mudei o “ATM” para nova sede, nele implantei novos procedimentos informáticos, de vídeo, tudo. Depois de mudar o “ATM” de patamar, pensei: vou

voltar para o Brasil.

MB – Você tinha pensado em voltar?

AS – Pelo menos por dois anos. Eu havia ganhado uma bolsa da Guggenheim e outra da “National Science Foundation” prevendo dois anos no Brasil. A família estava com malas quase prontas.

MB – Estamos quando aí, Tony?

AS – Entre 1987-1988. Repentinamente, recebi um telefonema da Smithsonian. Era uma pessoa chamada Ralph Rinzler, vice-diretor para a área da cultura popular. Ele me convidou para dirigir “uma companhia de discos que a Smithsonian havia acabado de adquirir, chamada ‘Folkways’”! Como disse, eu estava com financiamento para dois anos no Brasil e, agora, o convite da Smithsonian para dirigir a “Folkways”! Que conflito!

Eu queria voltar para o Brasil. Mas achava importante a “Folkways”, uma companhia de discos maravilhosos, 2168 títulos de LPs, muitos deles importantes. Achava que a vida das pessoas poderia ser transformada pelos discos. Por que ouvindo um disco elas poderiam vir a se interessar em estudar algo. Achava que o disco era mais que um produto de consumo, tinha valor para a vida das pessoas, como teve na minha, quando ouvia músicas indianas.

Aceitei o convite, em parte por que achava a “Folkways” importante. Em parte, por que entendia que, de fato, eu era o mais bem qualificado para dirigí-la, uma companhia que havia surgido no mesmo meio em que eu nascera, exatamente na boêmia de Greenwich Village, envolvendo pessoas que eu conhecera quando muito pequeno. O Moses Asch, fundador da “Folkways”, havia morado na Village, no mesmo lugar em que eu nasci e morei. Ele havia gravado Leadbelly e Guthrie, que eram conhecidos da minha família. Havia feito gravações dos movimentos liberais e esquerdistas dos quais eu havia participado. Ele conhecia as mesmas pessoas... Judy topava Brasil ou Washington DC. Devolvi as bolsas e mudamos para Washington.

Senti que este era um emprego que eu havia herdado por nascimento. Tio Pete tinha 54 LPs na “Folkways”. Tio Mike, 20. E Tia Peggy, 15. Meu avô tinha gravado um disco lá na década de 50 com seus filhos. Então, os Seeger já eram uma parte imponente da “Folkways”. Outro ponto a meu favor era que eu tinha um currículo com quatro livros publicados, o que contava muito para a

Smithsonian. Pois eles olhavam com estranheza para as pessoas que eram somente “folkies”, isto é, ligadas ao mundo da música folclórica, mas sem currículo... Eu tinha os dois lados: o conhecimento do meio musical - eu cantava, etc - e tinha publicado bastante. Então, eu achava que, de fato, eu tinha chance de fazer um trabalho interessante na “Folkways”.

Fui para a Smithsonian, mas até então eu havia produzido somente um disco (Seeger 1982)⁷. Tinha que me transformar num “record company executive.” Como é que se aprende algo como isto? Eu sou antropólogo. O que é que o antropólogo faz? Pesquisa. Então, levantei dinheiro para fazer uma pesquisa sobre como funcionavam as pequenas companhias produtoras de discos nos Estados Unidos em 1988. Visitei várias companhias, fazendo perguntas e ganhei a boa vontade de muita gente. Todos viram que eu era totalmente inocente e, não, um concorrente. Abriram para mim todas as informações. Aprendi como ser um “record company executive” assim como aprendi com os Suyá seus cantos, como aprendi a ser arquivista: através de entrevistas, contatos e amizades. Fiquei 12 anos na Smithsonian.

MB – 12 anos?

AS – Só saí de lá por que sentí falta de alunos, de aulas. No início, eu estava sempre criando algo novo na “Folkways”⁸. Tratava-se de um empreendimento inteiramente novo para a Smithsonian. E para mim, a não ser por que lá havia muitas fitas e outras coisas velhas que precisavam ser organizadas e preservadas. Eu já era arquivista. Depois, porém, de mais ou menos seis a oito anos, começaram a surgir os mesmos problemas de sempre. Por que certas coisas, na Smithsonian, eram estruturais, não podiam ser resolvidas. Você está sempre enfrentando o mesmo problema de dinheiro, coisas assim. Apesar disto, produzimos pelo menos vinte CDs por ano e embarcamos em muitos projetos interessantes. Por outro lado, eu achava que era importante voltar a pensar. Decidi ler. Estava muitos anos sem fazer isto.

MB – Quando, Tony, você começou a sentir essa necessidade?

AS - Por volta de 1998.

MB – E quando você veio para a cá?

AS – Em 2000. Em 1999, eu estava pensando que seria interessante

fazer outra coisa... Mas não estava procurando emprego. Vim aqui para um congresso onde apresentei um trabalho. Conhecia muitos dos pesquisadores do Departamento de Etnomusicologia da UCLA, há muitos anos. Eles me convidaram para um almoço num sábado, à beira mar, depois do congresso. Fomos para uma bela praia aqui perto.

Estavam no almoço Timothy Rice, então chefe do departamento de etnomusicologia, e Daniel Neuman, o pró-reitor da área de artes e arquitetura. Almoçamos num restaurante muito elegante e agradável, numa praia. Em determinado momento, eles disseram: "Bom, nós poderíamos pagar o almoço com dinheiro da universidade se ele fosse de recrutamento". Achei a idéia muito boa, assim eu não precisava pagar minha parte: "entao, deixem-nos recrutar... Conseguiram"! Eles disseram: "Bem, nós temos um processo de seleção aberto para um pesquisador 'sênior'. Você deve inscrever-se". Qualquer um poderia concorrer mas eles não tinham feito a seleção ainda... Bastava eu me inscrever. Depois de conversar com a família, eu me inscrevi e em três semanas - algo assim - eu já tinha sido escolhido. O que era complicado pois eu tinha mulher na costa leste, casa na costa leste, e trabalho na Smithsonian. Mas eu achava que, de fato, era um convite caído do céu.

MB – Como você vê esse último período seu, de 2000 para cá? Como você pensa agora sua experiência brasileira, em Indiana, na Smithsonian? Como você elabora a ponte entre a antropologia e a etnomusicologia?

AS - Eu tenho uma carreira incomum na antropologia, graças aos convites irrecusáveis de tentar novas tarefas. No Museu, tive uma experiência acadêmica forte, pesquisei e escrevi muito. Depois, passei um período muito envolvido com a parte prática dos arquivos de musicologia. Em seguida, vivi uma fase muito ligada ao mundo da difusão midiática. Também fui presidente da "Society for Ethnomusicology" e, mais tarde, do "International Council for Traditional Music" (ICTM). Agora, estou refletindo sobre tudo isso, sendo Secretário Geral do ICTM. Minha carreira é uma combinação de reflexão e ação: sendo presidente da Comissão Pró-Índio e refletindo sobre política indigenista; pensando sobre os arquivos e fazendo trabalhos práticos de arquivista. Refletindo sobre a "Folkways" e escrevendo sobre propriedade intelectual. Com base em minha experiência na "Folkways", estou escrevendo um livro,

que espero logo terminar, sobre direitos autorais, antropologia e etnomusicologia: como é que se dá a apropriação da “world music”, no sentido amplo e comparativo? Minha volta à universidade não é tanto para estudar as sociedades indígenas, mas efetivamente para estudar e refletir sobre a música e a indústria da música. Sobre a música e a legislação. Eu acho que a indústria e a lei são fatores constitutivos da música. O que ouvimos hoje é o que se pode produzir hoje. Esta é uma parte da minha trajetória. Agora, há uma constante em toda ela - a minha relação com os Suyá.

MB – Como continua essa relação com os Suyá?

AS – Depois de sair do Brasil, em 1982, passei doze anos sem visitar os Suyá. Mas enquanto eu trabalhava em arquivos, eu ouvia falar deles... Tive notícias deles em vários momentos. Em 1992 ou 1993 na Smithsonian, de repente chega-me um fax de Brasília, dos Suyá. Tinha sido ditado por alguém a quem o tinha escrito. Dizia: “Estamos com muitos problemas com a invasão de nossas terras e antes de tomar uma atitude drástica, queremos conversar com você”... Respondi: “Vou tentar ir logo aí mas preciso arranjar dinheiro”: Levei mais ou menos um ano para conseguir o dinheiro e demorei até poder ir. Cheguei lá um ou dois meses depois que eles haviam invadido as fazendas da região, expulsando todo mundo e fazendo quatro reféns, que mantiveram até que a Justiça admitiu rever a situação de suas terras. Evidentemente, esse era o problema sobre o qual eles queriam conversar comigo, e a atitude drástica já havia sido tomada.

Chegando em Brasília, notei que aquela era a primeira vez em que a FUNAI me recebia de braços abertos. Eu era a única pessoa que falava Suyá e em quem os Suyá confiavam. Os funcionários achavam que eu poderia ajudá-los a entender a situação. Quando chegamos à aldeia - eu, Judy, mais minhas duas filhas -, todos estavam cantando. Era um momento de muita valorização das tradições, de muito orgulho com relação àquilo que haviam conquistado. Retornando para os Estados Unidos, comprometi-me a ajudá-los no processo formal de retomada de suas terras, o que, enfim, conseguiram fazer. Escrevi alguns relatórios sobre isto. Eu voltei para os Suyá, não, por que eu tivesse muito mais a estudar lá. Não descobri muita coisa nova sobre sua música. Voltei mais pelo convívio pessoal.

MB – Pessoal e político...

AS – Pessoal e político. Eu e o chefe Suyá - Kuiussí - temos quase a mesma idade. Quando Judith e eu fomos lá pela primeira vez, nem ele nem a gente tinha filhos. Seu primeiro filho nasceu em 1991. Ele tem uns doze filhos agora. Eu tenho duas filhas. Passamos muitas coisas semelhantes em momentos semelhantes da vida: ser pai, tratar dos imponderáveis da administração brasileira (ele na FUNAI, eu no Museu Nacional e na Smithsonian). É sempre um prazer voltar aos Suyá mas não com o objetivo principal de estudá-los.

MB – Para tentar encerrar... Estou lhe explorando demais nessa entrevista...

AS – Está ficando tarde, aqui não há cerveja.

MB – É mesmo... Como é que você olha, hoje, para o Brasil, para o país propriamente dito e para a antropologia e etnomusicologia que lá se fazem?

AS - O que me impressiona agora é que não seria mais necessário sair do Brasil por falta de etnomusicólogos. Agora, existem excelentes etnomusicólogos lá, vivendo-se um momento de crescimento e de efervescência na etnomusicologia semelhante ao que eu vivi na antropologia na época em que eu morava lá. Muitos jovens interessados e livros sendo publicados. Há pessoas influentes, como você, o Samuel Araújo, Elizabeth Lucas, Elizabeth Travassos, Carlos Sandroni e outros. Hoje eu ficaria no país, por que muita coisa interessante está acontecendo lá na Etnomusicologia. Apesar de as universidades terem sofrido bastante desde a minha época.

Eu estive no Brasil num momento áureo quanto ao financiamento da pesquisa. No Museu, meu salário era igual ao de um professor assistente aqui na época, por causa da complementação salarial para a produção, oriunda da Ford, da Finep. Havia dinheiro para pesquisa. Passei excelentes anos no Brasil. Sei que houve anos de vacas magras depois, até hoje. Porém, os programas fortes - como os do Museu e Brasília - continuam fortes. Eles cresceram também no sul, o seu e o do Rio Grande. Há outros, no Rio e outras cidades. O processo de expansão do PPGAS e da USP nas pequenas escolas realmente deu certo, por que há excelentes antropólogos em todo o país. A ABA é uma entidade impressionante. A produção intelectual do Brasil é fascinante. Na área da Etnomusicologia também.

MB – Uma última pergunta. Já conversamos sobre isto: da época em que você residiu no Brasil para cá, parece que há cada vez menos gente com interesse acadêmico no Brasil. Sentí isto na França e aqui. Você acha que isto tem algum fundo de verdade ou é mera impressão? Há menos pessoas, aqui, interessadas em fazer estudos sobre o Brasil?

AS – Sobre o Brasil como um todo, acho que você tem razão. Este foi uma tema de uma reunião na embaixada do Brasil em Washington. Para certos assuntos específicos, há mais gente. É o caso das culturas e músicas afro-brasileiras. Há muita gente trabalhando sobre isto aqui atualmente. Acho que o cenário mudou, as pessoas partiram para outros assuntos, para outros lugares onde a problemática é mais interessante para a antropologia atual. Isto pode ser, em parte, pela abertura de certos lugares do globo que antes eram inteiramente inacessíveis, como a antiga União Soviética e a China. Grandes regiões do mundo estão agora, pela primeira vez em muitos anos, abertas à pesquisa. Também acho que a política de financiamento dos Estados Unidos não está prestigiando tanto a América do Sul quanto prestigiava no passado. Trabalhar com grupos indígenas no Brasil, por outro lado, é muito difícil. O processo de autorização para ir para o campo é muito mais difícil no Brasil do que na Colômbia, Venezuela e em outras partes da América do Sul. Acho que as pessoas se assustaram um pouco: leva-se 8 meses para se chegar ao campo. Não é todo mundo que ...

MB – Quem tem um pistolão como o Fernando Henrique...

AS – Que descobre um pistolão por acaso, numa festa, e que encontra pessoas que dizem: “Venha para a minha casa. Pode ficar quatro meses...” Sinto uma grande dívida para com os amigos, colegas e alunos que tive no Brasil, e os membros da comunidade Suyá, com quem nós convivemos por mais de 26 meses, no total.

Bom, quando vejo você e outras pessoas aqui, eu penso que tenho uma grande dívida com a humanidade. Se alguém chegasse na minha casa e dissesse: “Estou duro, mas sou antropólogo, inteligente, será que você me arranja um lugar para ficar por quatro meses...?” Será que eu abriria a porta? E eu, chegando nos Suyá: “Estou aqui para aprender sua música, sua língua. Vou ficar por dois anos”. Será que eu agüentaria? Acho que nós, antropólogos, temos que ficar muito abertos à generosidade que recebemos e desenvolver uma outra, recíproca. Espero poder retribuir durante toda

a vida e por isso quando os Suyá me chamam, estou aí para eles. O que eles sofreram comigo não foi pouco, ensinando-me a falar Suyá, cuidando de mim para que eu não pisasse em arraias e tudo aquilo que evitaram que eu sofresse. Sei que eles se preocupavam muito comigo. Só depois eu descobri o quanto eles estiveram realmente preocupados comigo, um estrangeiro junto a eles.

O campo é cheio de desafios. Uma vez eles me perguntaram: “Se os Txucarramãe matarem você aqui na aldeia, será que seu pai vai jogar uma bomba em cima deles?” Eu pensei: “Existem duas possibilidades: se eu disser sim, eles podem me matar e dizer que foram os Txucarramãe, esperando que meu pai jogue uma bomba em cima dos Txucarramãe. Se eu disser não, eu perco todo o prestígio que tenho”. Então, pensei e disse a eles: “Meu pai é tão raivoso que é inteiramente impossível prever o que ele vai fazer”.

MB – Excelente resposta!

AS – Não é? A melhor resposta que eu dei como nativo, entre nativos.

MB – Você não disse nem que não, nem que sim...

AS – Nem que não, nem que sim.

MB – Uma resposta mineira.

AS – Eu fiquei interiorizado pela cultura brasileira, fiquei até mineiro...

MB – Tony, muito obrigado.

Referências Bibliográficas

- GOLDSMITH, Peter D. 1998. *Making People's Music: Moe Asch and Folkways Records*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- MENEZES BASTOS, Rafael José de. 1984. “Nas Asas da Canção: Impressões Sobre ‘A Arte Vocal dos Índios Suyá’”. *Anuário Antropológico* 1982. pp. 360-369.
- _____. 2002. “Authenticity and Entertainment: Ethnic Folkways Library, American Ethnomusicology and the Ethnic Music Market”. In: G. BERLIN e A. SIMON. (eds). *Music Archiving in the World*. Berlin: Verlag für Wissenschaft und Bildung. pp. 385-391.
- OLIVEIRA FILHÓ, João Pacheco de. 1987. *Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Marco Zero.
- SEEGER, Anthony. 1981. *Nature and Society in Central Brazil: The Suyá Indians of Mato Grosso*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press.

- _____. 1982. "Música Indígena: A Arte Vocal dos Suyá" (LP). Tacape, série *Etnomusicologia*, estéreo, T 007.
- _____. 1987(2004). *Why Suyá Sing, A Musical Ethnography of an Amazonian People*. (2ª ed.) Cambridge (Massachusetts): Cambridge University Press.: University of Illinois Press. (com fita anexa).
- SEEGER, Anthony e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1980. "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico". In: SEEGER, Anthony. (org.). *Os Índios e Nós: Estudos sobre Sociedades Tribais Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Campus. pp. 135-151.
- SEEGER, Anthony (e outros). 1979. "A Construção da Pessoa nas Sociedades Indígenas Brasileiras". *Boletim do Museu Nacional*, 32: 2-19.
- SEEGER, Judith. 1990. "Count Claros: The Study of a Ballad Tradition. New York: Garland". In: *The Albert Bates Lord Studies in Oral Tradition*, Volume 4.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1993. *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: Universidade de São Paulo/ FAPESP

Notas

¹ Peter Seeger (1919-), cantor, compositor, folclorista e ativista. Fundador do célebre grupo "Weavers", de música "folk". "Leadbelly" era o apelido de Huddie William Ledbetter (1885-1949), um dos mais famosos cantores de "blues" de todos os tempos. Woody, apelido de Woodrow Wilson Guthrie (1912-1967), foi cantor, compositor e guitarrista, tendo grande influência na história da música "folk" nos Estados Unidos.

² Alger Hiss (1904-1996) foi alto funcionário do governo americano. No final dos anos 40, foi preso depois de um clamoroso processo de acusação como espião a favor da União Soviética, pela entrega a este país de segredos envolvendo a bomba atômica.

³ A expressão refere-se a Joseph Raymond McCarthy (1908-1958), senador norte-americano célebre pelo sectarismo anti-comunista.

⁴ A "Folkways Records" foi fundada em 1948 por Moses Asch (1905-1986). Entre suas coleções mais notáveis, estava a "Ethnic Folkways Library", especializada nas músicas extra-européias e folclóricas. Em 1987, a "Folkways" foi adquirida pela Smithsonian Institution. Veja Goldsmith (1998) e Menezes Bastos (2002). Seeger foi o primeiro curador da "Folkways" na Smithsonian, ali permanecendo até 2000, quando se transferiu para a UCLA, onde está até hoje. Atualmente, ele é curador emérito da "Folkways".

⁵ Judith Seeger viria a estudar os romanceiros no Brasil, fazendo trabalho de campo em Conceição da Barra, no extremo norte do Espírito Santo. Para o livro que ela publicou com base em sua tese, veja Seeger, J. (1990) [Nota de A. Seeger].

⁶ Este texto constituiu a conferência de abertura do simpósio "A Pesquisa Etnológica no Brasil", realizado no Museu Nacional e na Academia Brasileira de Ciências, no Rio, de 21 a 23 de junho de 1978. Foi republicado em Oliveira Filho (1987: 11-29).

⁷ Escrevi uma resenha deste belo disco (Menezes Bastos 1984).

⁸ Para o catálogo da "Folkways", veja <www.si.edu/folkways>.

* aseeger@arts.ucla.edu

** rafael@cfh.ufsc.br

Transcrição das fitas originais por:

Joana de Conçi Dorea (joanadeconti@hotmail.com)

Neyde Carstens Martins Pelaez (neydecmp@Terra.com.br)

Cinthia Creatini da Rocha